

# Lei Seca evita 11 mortes por mês

Dado é de pesquisa da Unifesp; migração de jovens para cidades vizinhas sem restrição preocupa moradores

## VIOLÊNCIA

Nem todos os donos de bares de Diadema lamentam a lei que os obriga a fechar as portas às 23 horas. A comerciante Adriana Santana aprova a medida, em vigor desde julho de 2002. Seu irmão, David, foi morto num bar, no limite entre São Paulo e Diadema, com um tiro dado por um desconhecido, ainda em liberdade, no ano passado. “Esse homem não matou só meu irmão, mas toda a minha família.”

Apesar do trauma, Adriana é dona do Bar do Coritiano. Nunca ocorreu um homicídio ali, mas sua filha, Sandra, teme passar o dia atrás do balcão. “Tenho medo, mas preciso trabalhar.” Sandra ainda considera Diadema perigosa, mesmo com a lei. “Não saio à noite.”

Mas a sensação de insegurança de Sandra não se reflete nos índices de violência. Segundo a pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), divulgada em 2004, 273 homicídios foram evitados em função da Lei Seca nos dois primeiros anos da medida, o equivalente a 11 vidas poupadas por mês. Caso seja considerada a fase mais violenta, em 1999, quando a cidade liderou o ranking de homicídios no País, o número sobe para 19,5 por mês.

Esse resultado chamou a atenção do prefeito José Serra (PSDB). Se a lei for empregada em São Paulo, os bares da capital seguirão as regras dos estabelecimentos de Diadema.

Os 4.800 bares da cidade têm de fechar das 23 às 6 horas. Se quiserem avançar na madrugada, precisam de uma licença especial da prefeitura. Para conseguí-la, o estabelecimento não pode ficar em área de risco de violência, deve ter isolamento acústico e segurança.

Até agora, só 28 bares e casas noturnas têm a licença. Fis-

## Autoria do projeto acirra disputa política na cidade

...A regulamentação do funcionamento de bares acirrou a histórica disputa política em Diadema. Oposição e situação acusam-se de uso político da lei. Diretora do Hospital São Mateus, a ex-vereadora Maridite de Oliveira (PPS), autora do projeto, crítica o fim dos fóruns que levaram à elaboração da medida. “A Lei Seca não fazia parte da plataforma eleitoral do prefeito.” Na última eleição, ela não se elegeu. O prefeito José de Filippi Júnior (PT) prefere enfatizar o papel de projetos sociais como o Adolescente Aprendiz na diminuição dos índices de criminalidade. “A Lei Seca não foi a principal responsável pela queda, mas sim as políticas de segurança e inclusão social. A vereadora tem todo o direito de acreditar na lei, resultado do trabalho coletivo, e não da ação individual.”

Acreditava-se que o projeto de Maridite não seria aprovado por causa da pressão dos donos de bares que costumavam atuar como cabos eleitorais. Mas a lei recebeu apoio popular e foi aprovada por unanimidade. Em 2004, o prefeito se reelegeu, vencendo o ex-petista José Augusto da Silva Ramos (PSDB), marido de Maridite.●

cais da prefeitura, a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar fazem a ronda pela cidade, observando o cumprimento da lei.

A Lei Seca surgiu como instrumento contra a criminalidade após debates entre a administração municipal, a Polícia Civil, a PM e associações da sociedade civil a partir de 2000. “Eleitores falavam na campanha: ou Diadema muda ou vou embora”, lembra o prefeito José de



MEDO - Medida diminui o número de homicídios, mas não a insegurança de Sandra Santana no trabalho

FOTOS JOSÉ CORDEIRO/AE

Filippi Júnior (PT).

Da discussão veio a idéia de monitorar os indicadores criminais. Todos os dias, o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial analisava os boletins de ocorrência. O levantamento descobriu o principal foco de violência da cidade: 60% dos homicídios ocorriam dentro ou perto dos bares.

Com base na pesquisa, a então vereadora Maridite Oliveira (PPS) propôs fechar os estabelecimentos. Foi difícil convencer os colegas. “Muitos me aconselharam a desistir. Diziam que dificultaria meu futuro político”, diz Maridite, diretora de hospital em São Paulo. Contrariando os vereadores, pesquisa da época mostrou a aprovação da lei por 77% dos moradores.

O apoio continua alto (93%), mas a falta de controle nas cidades vizinhas preocupa o pesquisador da Unifesp Sérgio Duailibi. “A política de restrição ao álcool deve ser uniforme.” Uma das preocupações é a prática de ir de carro para municípios vizinhos depois de beber nos bares da cidade. O comerciante Ricardo Palon é um exemplo. Numa sexta, estava bebendo na frente da Faculdade de Diadema. “Daqui vamos para São Paulo ou São Bernardo do Campo.”

A estudante Patrícia da Silva sentiu o efeito da mistura de álcool e direção. Em março, foi com o namorado, Rafael Santos, para São Bernardo após o bar onde estavam, no centro de Diadema, fechar. Ele não respeitou o sinal e bateu em outro carro. Os dois ficaram feridos. “Poderia ter sido pior”, diz Patrícia.

O risco de acidentes preocupa os pais. O gráfico Antonio dos Santos não gosta quando o filho, Jeferson, de 19 anos, sai. Segundo ele, não há como impedir, pois a cidade não tem opções e os jovens buscam lazer em outros lugares. “O último a sair apaga a luz da pracinha.”●

## Menor tem acesso fácil a bebida

Depois das 23 horas fica difícil comprar bebidas alcoólicas em Diadema, mas antes é fácil até para os adolescentes. Em recente pesquisa desenvolvida pela Unifesp, 86% dos 580 estabelecimentos visitados vendem bebidas a menores de idade. “No Brasil, há um grande descontrole social do álcool”, afirma o médico Sérgio Duailibi, um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo.

No levantamento, os adolescentes, supervisionados por adultos, tentaram comprar bebidas na cidade. Todos aparentavam ser menores e foram orientados a contar suas verdadeiras idades. O resultado levou a um reforço da fiscalização. As equipes que acompanham o fechamento dos bares passaram a fazer visitas também durante o dia para conscientizar os comerciantes e reprimir a venda de bebidas a menores de 18 anos.

Foi criada uma lei para coibir esse tipo de infração, tornando mais rigorosa a punição. Os comerciantes que des-

respeitarem a legislação não poderão abrir nova empresa no mesmo ramo de atividade e, caso possuam o alvará para funcionar após as 23 horas, o documento de permissão é cassado imediatamente.

Outra medida determina aos estabelecimentos com mais de 300 metros quadrados que isolem o local de venda de

## ‘No Brasil, há um grande descontrole social do álcool’, afirma pesquisador

bebidas alcoólicas e tenham caixa exclusivo para pagar o produto. A intenção é evitar a venda em supermercados, onde o controle é menos rígido.

O estudo integra uma série de pesquisas da Unifesp sobre o consumo de álcool em Diadema. Também está em andamento um levantamento inédito no País sobre álcool e trânsito. Resultados preliminares indicam

uma média de 17% de motoristas alcoolizados - quase seis vezes mais do que os 3% registrados em pesquisas semelhantes aplicadas em países desenvolvidos.

De acordo com Duailibi, o número é maior, pois a realização do teste não é obrigatória. “Muitas pessoas sem condições de dirigir, quando paradas pela blitz, não aceitam participar”, revela.

Nos fins de semana, durante as blitzes realizadas pela Guarda Civil Municipal, os motoristas são convidados a fazer o teste do bafômetro. Caso não tenham condições de guiar, eles são aconselhados a deixar outra pessoa dirigir ou esperar o nível de álcool no sangue baixar. “Em casos extremos, eles buscam o veículo apenas no dia seguinte ou os próprios guardas dirigem o carro”, afirma Duailibi.

Apesar do apoio da polícia, a pesquisa é independente e o motorista não corre o risco de ser punido.●

## Rigor da fiscalização garante bares fechados

Todas as noites, fiscais da prefeitura de Diadema saem escoltados pela Guarda Civil Municipal (GCM) para conferir o funcionamento dos bares. Nos fins de semana, a Polícia Militar reforça o comboio. “O excesso de pequenos estabelecimentos dificulta o trabalho”, diz o major Ronaldo Teixeira, comandante interino do 24º Batalhão da PM.

A reportagem do *Estado* acompanhou a ronda, numa sexta-feira, percorrendo cerca de 70 quilômetros. Os bares próximos da sede da GCM, de onde saiu a fiscalização, são os mais autuados. Como a blitz começa às 23 horas, muitos estabelecimentos ainda têm clientes tomando a saideira. Foi o que aconteceu em um boteco na Rua Santo Inácio, às 23h15. “Não percebi o horário, mas já estava fechando”, garantiu o proprietário, Expedito Rodrigues da Silva.

A fiscal Eliana Silva Miranda ignorou a justificativa e redigiu a autuação. “Como é a primeira vez, o dono recebe ape-

nas uma notificação”, explicou. Na segunda vez, aplicada multa de R\$185,34. Na terceira, a multa dobra de valor e, na próxima, o estabelecimento é lacrado. Desde a entrada em vigor da Lei Seca, 15 bares foram fechados.

Durante a ronda ficou clara a participação popular na fiscalização. Duas denúncias foram feitas à GCM pelo telefone 0800 770 5559, mas os locais indicados já tinham fechado. “Muitas vezes as denúncias não se confirmam, mas o apoio da comunidade legitima nosso trabalho”, afirma Eliana.

Esse apoio se reflete no número de bares autuados. De acordo com o fiscal Samuel Alves, na operação desde 2002, houve uma redução significativa. “Nós chegávamos a autuar até 40 bares por mês, hoje o número não passa de 12. Os proprietários entenderam o recado”, observa Alves.●

## Aumentam as denúncias de agressões em casa

A violência não está apenas nas ruas de Diadema, mas também dentro de casa. A Delegacia de Defesa da Mulher do município registrou de janeiro a outubro 1.350 casos de violência doméstica, 4% a mais do que no ano de 2004 inteiro. Mas esse aumento não é indicio de mais agressões, segundo a delegada Maria Angélica Serpe. “As mulheres entenderam a importância de enfrentar o problema”, diz ela.

A coordenadora da Casa Beth Lobo, centro municipal de combate à violência doméstica, Maria de Lourdes Ventura, reconhece a contribuição da Lei Seca para reduzir as agressões. “Os maridos chegam mais cedo em casa”, explica. Também houve uma mudança no perfil dos casos. “Registraramos menos homicídios na cidade em geral”, diz Maria Angélica.

Na segunda vez em que foi agredida pelo marido, a recepcionista M., de 50 anos, chegou à entidade com a intenção de acabar com a união de 12 anos. O marido saía do trabalho para o bar, chegava em casa alcoolizado e sempre discutiam. Para interromper o ciclo, passou a fazer terapia em grupo. “As histórias eram as mesmas, só mudavam os nomes e endereços”, afirma a recepcionista.

A troca de experiências ajudou a mudar sua forma de encarar o problema. M. percebeu que o alcoolismo só potencializa a personalidade do agressor. Nos seis anos que passou na Casa, ela redescobriu a si mesma. “Comecei a escrever poesias e terminei o segundo grau.” Para Maria de Lourdes, a recepcionista representa bem a maioria das mulheres que chegam à instituição. “O principal problema é a auto-estima baixa”, diz.

Hoje, M. tem sempre uma amiga ou conhecida em sua casa em busca de orientação. “Digo a mesma coisa para todas: procurem ajuda.”●

## Mais roubos. E proteger patrimônio vira prioridade

Com diminuição de homicídios, cresce número de assaltos e procura por vigilância privada

Para atender às exigências da Lei Seca e funcionar após as 23 horas, diversos estabelecimentos foram obrigados a investir em segurança privada. Hoje, encontrar bares com portas de vidro e pelo menos um segurança na frente é comum na noite de Diadema. Mas, se as casas noturnas o fazem por imposição da lei, outros setores buscam segurança por necessidade.

Há cerca de um mês, a comerciante Ana Lúcia Mesquita teve um prejuízo de R\$15 mil, quando sua loja de som para automóveis, no centro, foi assaltada em plena luz do dia. “A loja tem alarme, mas isso não ajuda em caso de assalto.” Mesmo reconhe-

cendo melhorias no serviço de segurança pública, Ana lamenta a necessidade de ter de se prevenir contra roubos e assaltos. “Ainda não sentimos diferença no comércio.”

Os crescentes investimentos em sistemas privados de segurança - alarmes, câmeras, cercas elétricas - e de vigilância 24 horas são prova disso. “É um mercado em expansão, tanto pelo crescimento da economia como pela incapacidade do setor público de garantir segurança”, diz a diretora regional do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de São Paulo (Sevesp), Mirian Salette Bazote. Segundo ela, na



NA PORTA - Bar contrata vigilante para atender à exigência da lei

região do ABC, 48% dos contratantes são indústrias. “Muitas delas são visadas porque têm postos bancários dentro do prédio”, completa Mirian.

O diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) de Diadema, José Rufino de Oliveira Filho, lembra-se de uma empresa de segurança que teve o carro e o uniforme clonados. “Eles usaram o disfarce para entrar e assaltar uma indústria protegida.” Como empresário, diz que não está seguro nas mãos do Estado. “Você pensa que está e acaba roubado.”●